



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/01/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CNJ.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CNJ.....	3 - 6
2.2. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CNJ.....	8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	9 - 13
4.2. DESEMBARGADORES.....	14 - 17
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	18 - 19
4.4. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	20
4.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	21 - 22

Dobraram as investigações contra juízes, aponta CNJ

Conselho Nacional de Justiça diz que 24 processos foram instaurados em 2013

BRASÍLIA - Um balanço das atividades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado ontem mostra que, em 2013, o número de processos abertos para investigar magistrados dobrou em relação a 2012. Segundo o CNJ, 24 processos foram instaurados no ano passado. No ano anterior, 11 ações investigaram a conduta funcional de juízes.

De acordo com o levantamento, dos 24 processos discipli-

nares, 10 resultaram no afastamento de 13 magistrados. Por não se tratar de um tribunal, a punição administrativa máxima que o conselho pode aplicar é a aposentadoria compulsória, com o pagamento do salário. Um juiz acusado de irregularidades só perde o cargo após o julgamento da ação pela Justiça comum.

Desde a criação do CNJ, em 2005, 64 magistrados foram afastados das funções, 44 foram aposentados compulsoriamente e 11 receberam censura devido aos atos praticados.

Afastamento - Entre as decisões tomadas em 2013, o Conselho

Nacional de Justiça afastou do cargo o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Mario Hirs, e a desembargadora Telma Laura Silva Britto. Eles são acusados de pagamento indevido de R\$ 448 milhões em precatórios, títulos da dívida pública reconhecidos por decisão judicial definitiva.

O conselho também aposentou o desembargador do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-TO), Bernardino Lima Luz. Segundo os conselheiros, o desembargador usou o cargo para obter vantagem pessoal. A decisão foi tomada por unanimidade. A aposentadoria compulsória foi com vencimentos proporcionais.

De plantão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, está, desde o dia 1º, à serviço do Plantão da Justiça de 2º grau, que prosseguirá até a próxima segunda-feira, 6. Neste plantão são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal. Incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

META ALCANÇADA

TJMA julga 100% das ações de combate à corrupção do CNJ

A Justiça de 2º Grau do Maranhão cumpriu 100% da Meta 18 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que era julgar, até o último dia 31 de dezembro, ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Incluindo dados da Justiça de 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Maranhão ficou na 11ª posição entre os 27 tribunais estaduais do país, alcançando 57,51% de cumprimento da meta, de acordo com os dados atualizados até o dia 2 de janeiro de 2014, disponíveis no site do CNJ.

O Maranhão ficou à frente de tribunais como o do Rio Grande do Sul (56,6%), São Paulo (54%), Pernambuco (40,8%), Minas Gerais (40,2%) e Bahia (10,8%).

IMPROBIDADE - Em relação às ações civis de improbidade administrativa, o TJMA é o sétimo tribunal do país ao alcançar 56,9% de cumprimento da meta. Tiveram maior percentual que o Judiciário maranhense apenas os tribunais dos Estados do Amapá (88,4%), Rondônia (79,8%), Acre (76,4%), Mato Grosso do Sul (72,7%), Alagoas (59,8%)



A Justiça estadual do Maranhão tinha um alvo de 2.403 ações

e São Paulo (57,1%).

Já no que se refere às ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, o TJMA ficou em 13º, com 59,22% de cumprimento da meta.

A Justiça estadual do Maranhão tinha um alvo de 2.403 ações a serem julgadas, sendo 24 do 2º Grau e 2.379 do 1º Grau. Foram julgadas 1.382, ficando

um acervo pendente de 1.021 ações - todas do 1º Grau.

LEVANTAMENTO - A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos do Planejamento Estratégico do TJMA já está fazendo um levantamento das ações que ficaram pendentes de julgamento na Meta 18.

"Com o que foi alcançado em 2013, principalmente nos

ajustes de sistemas utilizados no 1º Grau, que são atualizados constantemente, deveremos trabalhar em 2014 com um acervo bem menor", destacou Filomena Israel de Azevedo, chefe da Divisão.

Em 2014, o CNJ atualizou a Meta 18 com os mesmos parâmetros, incluindo as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012.

CNJ

Número de investigações contra juízes dobrou em 2013



13 magistrados foram afastados no ano passado

Um balanço das atividades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado nesta quinta-feira 2 mostra que, em 2013, o número de processos abertos para investigar magistrados dobrou em relação a 2012. Segundo o CNJ, 24 processos foram instaurados no ano passado. No ano anterior, 11 ações investigaram a conduta funcional de juízes.

De acordo com o levanta-

mento, dos 24 processos disciplinares, dez resultaram no afastamento de 13 magistrados. Por não se tratar de um tribunal, a punição administrativa máxima que o conselho pode aplicar é a aposentadoria compulsória, com o pagamento do salário. Um juiz acusado de irregularidades só perde o cargo após o julgamento da ação pela Justiça comum.

Desde a criação do CNJ, em 2005, 64 magistrados foram

afastados das funções, 44 foram aposentados compulsoriamente e 11 receberam censura devido aos atos praticados.

Entre as decisões tomadas em 2013, o Conselho Nacional de Justiça afastou do cargo o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Mario Hirs, e a desembargadora Telma Laura Silva Britto. Eles são acusados de pagamento indevido de R\$ 448 milhões em precatórios, títulos

da dívida pública reconhecidos por decisão judicial definitiva.

O conselho também aposentou o desembargador do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), Bernardino Lima Luz. Segundo os conselheiros, o desembargador usou o cargo para obter vantagem pessoal. A decisão foi tomada por unanimidade. A aposentadoria compulsória foi com vencimentos proporcionais. **(Brasil 247)**

POLÍTICA

**2014: ANO DE ELEIÇÕES COMEÇA COM
RESTRIÇÕES PARA AGENTES PÚBLICOS**

PAG. 03



TSE se reúne para analisar irregularidades junto com Ministério Público Eleitoral

META ALCANÇADA

TJMA julga 100% das ações de combate à corrupção do CNJ

A Justiça de 2º Grau do Maranhão cumpriu 100% da Meta 18 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que era julgar, até o último dia 31 de dezembro, ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Incluindo dados da Justiça de 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Maranhão ficou na 11ª posição entre os 27 tribunais estaduais do país, alcançando 57,51% de cumprimento da meta, de acordo com os dados atualizados até o dia 2 de janeiro de 2014, disponíveis no site do CNJ.

O Maranhão ficou à frente de tribunais como o do Rio Grande do Sul (56,6%), São Paulo (54%), Pernambuco (40,8%), Minas Gerais (40,2%) e Bahia (10,8%).

IMPROBIDADE - Em relação às ações civis de improbidade administrativa, o TJMA é o sétimo tribunal do país ao alcançar 56,9% de cumprimento da meta. Tiveram maior percentual que o Judiciário maranhense apenas os tribunais dos Estados do Amapá (88,4%), Rondônia (79,8%), Acre (76,4%), Mato Grosso do Sul (72,7%), Alagoas (59,8%)



A Justiça estadual do Maranhão tinha um alvo de 2.403 ações

e São Paulo (57,1%).

Já no que se refere às ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, o TJMA ficou em 13º, com 59,22% de cumprimento da meta.

A Justiça estadual do Maranhão tinha um alvo de 2.403 ações a serem julgadas, sendo 24 do 2º Grau e 2.379 do 1º Grau. Foram julgadas 1.382, ficando

um acervo pendente de 1.021 ações - todas do 1º Grau.

LEVANTAMENTO - A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos do Planejamento Estratégico do TJMA já está fazendo um levantamento das ações que ficaram pendentes de julgamento na Meta 18.

"Com o que foi alcançado em 2013, principalmente nos

ajustes de sistemas utilizados no 1º Grau, que são atualizados constantemente, deveremos trabalhar em 2014 com um acervo bem menor", destacou Filomena Israel de Azevedo, chefe da Divisão.

Em 2014, o CNJ atualizou a Meta 18 com os mesmos parâmetros, incluindo as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012.

JUDICIÁRIO ON-LINE

Dezenas de serviços voltados para os usuários do meio jurídico e a comunidade em geral são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do portal do Poder Judiciário na internet (www.tjma.jus.br). O portal reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), separados conforme a área - processual, administrativa ou normativa. A página principal do portal traz ainda informações e serviços disponibilizados online, distribuídos entre o menu, os destaques e a área de "Serviços ao Cidadão", que são os espaços mais acessados pelo público externo.

SERVIÇOS

Os usuários dispõem de consulta do andamento processual, processo virtual de juizados, atualização monetária, gerador de custas, malote digital, lista de precatórios, formulários de autorização de viagem, certidão negativa e consulta ao acervo da biblioteca. O internauta pode consultar ainda a pauta de julgamento, Diário da Justiça, seguro DPVAT, calendário forense, escala do plantão judicial de 1º e 2º graus, endereço de fóruns e juizados especiais e projetos sociais.

FERRAMENTAS

O mapa do site auxilia o usuário a localizar o conteúdo, com links que remetem ao assunto procurado. A ferramenta de busca oferece a mesma facilidade, por palavra-chave. No campo "acesso rápido", o usuário pode personalizar a busca, optando pelos itens de maior interesse. No topo da página, há botões de atalho para o 'fale-conosco' e para as redes sociais onde o Poder Judiciário está presente: facebook e twitter. Para o público interno, o portal disponibiliza a página do Servidor e o sistema Sentinela, que reúne aplicativos voltados para atividades administrativas do TJMA, de acesso restrito a magistrados e servidores.

JUDICIÁRIO

TJMA cumpre meta do CNJ

A Justiça de 2º Grau do Maranhão cumpriu 100% da Meta 18 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que era julgar, até o último dia 31 de dezembro, ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Incluindo dados da Justiça de 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Maranhão ficou na 11ª posição entre os 27 tribunais estaduais do país, alcançando 57,51% de cumprimento da meta, de acordo com os dados atualizados até o dia 2 de janeiro de 2014, dis-

poníveis no site do CNJ.

O Maranhão ficou à frente de tribunais como o do Rio Grande do Sul (56,6%), São Paulo (54%), Pernambuco (40,8%), Minas Gerais (40,2%) e Bahia (10,8)%.

Improbidade

Em relação às ações civis de improbidade administrativa, o TJMA é o sétimo tribunal do país ao alcançar 56,9% de cumprimento da meta. Tiveram maior percentual que o Judiciário maranhense apenas os tribunais dos Estados do Amapá (88,4%), Rondônia (79,8%), Acre (76,4%), Mato

Grosso do Sul (72,7%), Alagoas (59,8%) e São Paulo (57,1%).

Já no que se refere às ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, o TJMA ficou em 13º, com 59,22% de cumprimento da meta.

A Justiça estadual do Maranhão tinha um alvo de 2.403 ações a serem julgadas, sendo 24 do 2º Grau e 2.379 do 1º Grau. Foram julgadas 1.382, ficando um acervo pendente de 1.021 ações – todas do 1º Grau.

Levantamento

A Divisão de Acompanhamento

de Dados Estatísticos do Planejamento Estratégico do TJMA já está fazendo um levantamento das ações que ficaram pendentes de julgamento na Meta 18.

“Com o que foi alcançado em 2013, principalmente nos ajustes de sistemas utilizados no 1º Grau, que são atualizados constantemente, deveremos trabalhar em 2014 com um acervo bem menor”, destacou Filomena Israel de Azevedo, chefe da Divisão.

Em 2014, o CNJ atualizou a Meta 18 com os mesmos parâmetros, incluindo as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012.

***Número de
processos contra
Juízes mais que
dobra em 2013***

PÁGINA 3 [C1]

TJ-MA julga 100% das ações da meta de combate à corrupção do CNJ

DIVULGAÇÃO

A Justiça de 2º Grau do Maranhão cumpriu 100% da Meta 18 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que era de julgar, até o último dia 31 de dezembro, ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Incluindo dados da Justiça de 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Maranhão ficou na 11ª posição entre os 27 tribunais estaduais do país, alcançando 57,51% de cumprimento da meta, de acordo com os dados atualizados até o dia 2 de janeiro de 2014, disponíveis no site do CNJ.

O Maranhão ficou à frente de tribunais como o do Rio Grande do Sul (56,6%), São Paulo (54%), Pernambuco (40,8%), Minas Gerais (40,2%) e Bahia (10,8%).

Improbidade – Em relação às ações civis de improbidade administrativa, o TJ-MA é o sétimo tribunal do país ao alcançar 56,9% de cumprimento da meta. Tiveram maior percentual que o Judiciário maranhense apenas os tribunais dos estados do Amapá (88,4%), Rondônia (79,8%), Acre (76,4%), Mato Grosso do Sul (72,7%), Alagoas (59,8%) e São Paulo (57,1%).

Já no que se refere às ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, o TJ-MA ficou em 13º, com 59,22% de cumprimento da meta. A Justiça estadual do Mara-



TJ do Maranhão ficou na 11ª posição entre os 27 tribunais do país

nhão tinha um alvo de 2.403 ações a serem julgadas, sendo 24 do 2º Grau e 2.379 do 1º Grau. Foram julgadas 1.382, ficando um acervo pendente de 1.021 ações – todas do 1º Grau.

Levantamento – A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos do Planejamento Es-

tratégico do TJ-MA já está fazendo um levantamento das ações que ficaram pendentes de julgamento na Meta 18.

“Com o que foi alcançado em 2013, principalmente nos ajustes de sistemas utilizados no 1º Grau, que são atualizados constantemente, deveremos tra-

balhar em 2014 com um acervo bem menor”, destacou Filomena Israel de Azevedo, chefe da Divisão.

Em 2014, o CNJ atualizou a Meta 18 com os mesmos parâmetros, incluindo as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012. (Ascom / TJ-MA)

***Número de
processos contra
Juízes mais que
dobra em 2013***

PÁGINA 3 [C1]

Número de processos contra Juízes mais que dobra em 2013

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou mais que o dobro de Processos Administrativos Disciplinares contra magistrados do que em 2012. Os dados foram divulgados pelo CNJ nesta quinta-feira (2), e mostram que, no ano passado, foram abertos ao todo 24 processos contra juízes e desembargadores. Em 2012 o número de ações chegou a 11.

Segundo o balanço das atividades do Conselho, dos 24 processos autuados e distribuídos em 2013, 10 deles resultaram no afastamento cautelar de 13 magistrados investigados. As penas aplicadas a magistrados nestes tipos de processos podem ir de advertências até a aposentadoria compulsória (na qual o magistrado con-

tinua recebendo os vencimentos proporcionais).

Desde sua criação, em 2005, o CNJ aplicou 67 penalidades que atingiram 64 magistrados (sendo dois deles em mais de um processo). Ao todo, o órgão de fiscalização do Judiciário aplicou 44 aposentadorias compulsórias, 11 censuras, seis disponibilidades, quatro remoções compulsórias e duas advertências. Além dos processos distribuídos e autuados em 2013, no ano passado também foram aplicadas 19 punições. Doze delas foram aposentadorias compulsórias, quatro censuras, uma advertência, uma remoção compulsória e uma disponibilidade.

Pena máxima – Dentre os PADs julgados em 2013, quatro

deles envolveram a aplicação da pena máxima de aposentadoria compulsória. Foram os casos do desembargador Bernardino Lima Luz, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), dos desembargadores Osvaldo Soares Cruz e Rafael Godeiro Sobrinho, ex-presidentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e do desembargador Edgard Antônio Lippmann Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

Bernardino Lima Luz foi acusado pelo MPF de ter se utilizado do cargo de corregedor-geral de Justiça para obter vantagens pessoais e para terceiros, além de ter ameaçado outras autoridades. A denúncia foi acatada pelo CNJ em

outubro. Já os desembargadores Osvaldo Soares Cruz e Rafael Godeiro Sobrinho foram julgados em junho acusados de envolvimento em um esquema que desviou R\$ 14,195 milhões destinados ao pagamento de precatórios.

Em setembro, o CNJ julgou o desembargador Edgard Antônio Lippmann Júnior, acusado de ter recebido cópias de documentos sigilosos de inquérito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e tê-las repassado a advogados. Na ocasião, o magistrado deveria ter encaminhado o caso aos órgãos competentes para apurar o vazamento dos documentos. O desembargador já havia sido penalizado pelo CNJ com aposentadoria compulsória em outro processo.

▲ SOBE

O TJ-MA julgou 100% das ações da meta de combate à corrupção do CNJ até o último dia 31 de dezembro.

Lista dos Chatos reproduzida a pedido dos chatos que não saíram

PÁGINA 5 (C1)

JP reproduz Lista dos Chatos a pedido dos chatos que não saíram

- * José fim de linha Maranhão avacalhado nacionalmente adeus minha biografia Sarney
- * Roseana salvação da família vai pro Senado minha filha não tenho medo de bandido dentro da Casa Mal Assombrada, de janela fechada, vestida de calça curta até eu Sarney
- * Edison garimpeiro apaga luz, apaga refinaria, meu sonho ainda não 'apagou' te cuida Luis Fernando Lobão
- * Chiquinho falador Lobão tem que ser governador
- * Aluísio tranca a porta e fecha as janelas Roseana que o bicho tá pegando Mendes
- * Luis preciso decolar senão os lobos me engolem Fernando
- * Roberto fica no governo Roseana Rocha
- * O secretário ficha suja substituído pelo filho que se Archa
- * Zeca Mike Jaguer azarou o Bode Gregório
- * Uchoa quase decapitado Libertas Quae Será 'Tamer'
- * Arnaldo eu Melo ou não Melo essa sucessão?
- * Roberto não é Jefferson mas sai logo daí Fernandes que a moto não andou...
- * Sergio Vereador Frota Tubarão Doido mas campeão
- * Washington corre de campo e leva WO 'se apagou-se' no final das contas
- * Don Guerreiron da 'caneta' afiada de olho na 'Indireta' da Assembleia
- * Isaías dá vez pra outro Pereirinha
- * Astro agora a vez é de Ogum sai daí 'pau Pereira'
- * Alberiquinho sem votos só pensa no tapetão
- * Helena em 2014 eu quero mais é saúde
- * José daqui não saio daqui ninguém me tira vou bater Fidel Arteiro
- * Zé cadê os fornecedores pronafianos do leite derramado Renato dessa nem São José te salva
- * Cláudio distribuidor de sementes para colher votos to be or not to be candidato this is the question Azevedo
- * Bitá cem anos de terecô abre filial de terreiro na Grande Ilha para ficar perto de Don Bigodon
- * O colunista 0800 não entro em fila nem a pau não encontra mais 'the bestas' na Ilha para sua premiação anual e vai buscar homenageados no interior.
- * Sérgio espião censuro é mesmo qualquer canal de TV, rádio ou jornal mais cedo do que pensam
- * Ana herdeira cartorária quase 'mela' casório do próprio filho Cristina.
- * Antônio te cuida senão Alberto volta Américo
- * Domingos chorão na hora da despedida PT saudações agora quer Solidariedade Dutra
- * O Pequeno Príncipe da cadeia associada meu sonho é virar condômino para Pedro
- * Celso Napoleão Bonaparte Minha Garota gasto todo meu salário com ela Coxo;
- * Jorge Meus Irmãos não gostam de mim porque sou chato e cuspidor Buzar
- * Guilherme Geólogo caemiano meu sobrinho Neto Evangelista é o melhor deputado da Assembleia;
- * Clóvis meus ex-cunhados Manoel, Pedro Fernandes e Afonso Ri-

beiro só vive falando neles Banhos.

* Ribamar belisca lua vou te pegar minha Tchutchuca Alves

* Jerry sem sete vidas quase caindo na panela de 'feijon' nem o Tom me faz largar o Twitter

* Kátia Donana Jansen o centro histórico é meu Bogéa

* Ave Peralta Gavião

* Os 'malas' de todas as sextas do happy hour da Caves du Vin

* Os ouvintes 'mala' de rádio AM com participação em todos os programas, Dona Tereza, Madeira, Antônio Carlos, Dias do Centro, Araújo e por aí vai...

* Os donos de badaladas casas de vinhos de área nobre que quebraram e trocaram as razões sociais para fugir da cobrança dos fornecedores

* As socialites 'coregas' mesmo com Serasa nas alturas não param de sair nas páginas coloridas de 'Duas Letras'

* Vovô 'rasga o verbo' pra cima do prefeito obrigado a ler matérias institucionais da Prefeitura elogiando o alcaide cuidado com os pintinhos...

* Mônica 'sexóloga' três anos de atraso só no self-service chupando Lima

* O casal 20 da construção civil abocanha as grandes obras estaduais e federais será por causa do 'padrinho' senador de Bacabal?

* Os médicos tarados do eixo Renascença/Calhau que ficam assediando as pacientes é bom abrir bem os olhos antes das consultas.

* Neto VLT arranca cartaz da campanha de Edivaldo Evangelista

* Valdir ex-quase governo ora Roseana, ora Flávio Dino te decide Maranhão

* Fábio Funerário Detonauta quer enterrar o prefeito tava indo tão bem deixa de 'H' Câmara

* A galera da 'Tríplice-Fronteira' que se detona entre si no Dr. Pêta

* A festa de desempregados pelo quase fim do Marafolia.

* A frota de 'puxas' de dono de frigorífico/franchising que tenta a todo custo pressionar um secretário do governo a aumentar em 10% o preço da carne no Maranhão

* As socialites sacoleiras da '25 de março' e Chinatown de Nova Iorque compram produtos por lá para vender nas suas lojas de 'grife' nos shoppings da ilha

* Daniel 'expulso' do Pelicano agora rondando o Pioneiro Aragão

* Luís Carlos meu negócio agora é jatinho e não maritimus Cantanhede

* Paulinha cigana canta dança requebra ainda vou ser algo mais quem sabe pop star Lobão

* Oton briga surda para suceder titio em meio a muitas rugas no trabalho e na família Lima

* Alcione maranhense por dentro carioca por fora Roseana é minha amiga Nazaré

* Os babões da Casa Mal Assombrada, os bajuladores das festas de 'Duas Letras' e os ex-amigos de Fefé que não largam as festas e as boas da família

* Os flanelinhas do Banco do Brasil do Renascença

* Yglésio quero comida comida para os Socorrões me sinto o cara, não quero mais Flávio Dino Moysés

* Gilberto bombado, meu pai foi nomeado, não tenho nada a ver com isso quero é mais acessos Leda

- * Magno Ofélia só abro a boca quando tenho certeza, antes escapar fedendo do que morrer queimado Bacelar
- * Neto eVangeLisTa quero ser Prefeito em 2016, minha sogra me quer com Sarney
- * Marco Ovelha muda cor do cabelo não mais metrossexual sem a mulher na Folha da Secom Deça
- * Roberto TAA sem peça importante, som ruim, cheiro de mofo e pintura descascando Brandão
- * Luís em desgraça com o clã, sumido de tudo atrás de um e de outro para tentar voltar a ter mídia Bulcão
- * Canindé das 'plantações', amigo de blogueiro, quero voltar para a SMTT Barros
- * Sueli 'puxa orelha' de cerimonial sou representante do prefeito Bedê
- * Zé Chorão Charlie Brown 'mico do ano' o carnaval da Bahia nunca mais será o mesmo Cirilo
- * O dono de salão que não Ópera mais com barbeiro
- * A interminável disputa de Carioca e Beto Castro pela cadeira na Câmara Municipal
- * Glícia dos Quibes Perfumados Que Gentil!
- * Samir não será desembargador nem se Murar o TJ
- * Edmar faz de conta que julga as contas do filho Rogai por nós, São José!
- * Sebastião furta-cor leva Madeira na Casa Mal Assombrada onde quem manda é a Imperatriz
- * Eliziane quero ser é prefeita me chama ora vice Flávio Dino
- * John Carcara se brincar o Tigre volta, pega, mata e come
- * Edinho senador sem eleitor faz relatoria do Orçamento sem Comissão
- * Fábio meu sogro cansei de ser suplente Braga
- * Benedito Intelectual 'Abuzado' Ghost Writer de Duas Letras
- * Fernando Vitorinista Colecionador de Lata Velha Não Vota no Irmão
- * Ubaldo empresário dos 400 anos tá em todas chama atenção onde chega agora aBUSando nas bandas da Vila Isabel, Martinho da Vila que se cuide pois o cara é devorador de petiscos.
- * Os coveiros que enterraram o carnaval de Passarela de 2013
- * Os termos 'dialogar' e 'gestão' usados à exaustão durante todo ano, causando mal-estar nos ouvintes de rádio
- * O Extraordinário Conde de Arari que chorou igual criança no Jardim depois que "prenderam 'meu comandante'" Sarney me confunde com Jerry, quero ser deputado
- * As 'cobaias' Aguiar que não sabiam o que era 'carrinho lotação' nem que Avenida dos Portugueses não pertencia à Jurisdição da capital
- * Zé Pereira desbocado leva tudo nas produções de origem 'chapa branca', do carnaval ao Natal passando pelo Réveillon só deu ele e seus ferozes seguidores da Igreja Cultural da Rua Portugal
- * O maestro de todos os corais se duvidar qualquer dia desses canta até em enterro de magnata
- * O chororô dos motenses pedindo para Roberto Fernandes não deixar o Papão da Fabril, affffffffff

Dutra diz que sistema penitenciário do Maranhão é uma “fábrica de monstros”

O deputado federal Domingos Dutra manifestou-se ontem indignado com o agravamento da crise do sistema penitenciário do Maranhão, marcado no ano de 2013 por sucessivas chacinas, degolas e rebeliões. Em artigo encaminhado ao **Jornal Pequeno**, Dutra critica a Justiça, o Ministério Público e, principalmente, o governo do Maranhão que, segundo ele, não consegue evitar que a Penitenciária de Pedrinhas seja uma “fábrica de monstros”.

PÁGINA 3 [C1]

Dutra diz que sistema penitenciário do Maranhão é uma "fábrica de monstros"

DIVULGAÇÃO

O deputado federal Domingos Dutra, que foi autor e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário, manifestou-se ontem indignado com o agravamento da crise do sistema penitenciário do Maranhão, marcado no ano de 2013 por sucessivas chacinas, degolas e rebeliões.

Em artigo encaminhado ao **Jornal Pequeno**, Dutra critica a Justiça, o Ministério Público e, principalmente, o governo do Maranhão que, segundo ele, não consegue evitar que a Penitenciária de Pedrinhas seja uma "fábrica de monstros".

"A responsabilidade pelo caos de Pedrinhas é do governo do Estado que não executa políticas de ressocialização; não constrói presídios regionais; não qualifica e não remunera dignamente os agentes penitenciários, não profissionaliza a gestão do sistema carcerário; reduz recursos orçamentários e desperdiça recursos federais", afirma Dutra neste artigo:

Tragédia anunciada

DOMINGOS DUTRA*

Fui autor e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. Durante 11 meses investigamos o inferno carcerário brasileiro. Diligenciamos em 18 estados. Vistoriamos 82 unidades prisionais. Conversamos com cerca de 5 mil encarcerados em mais de 500 celas. Concluímos que o sistema carcerário brasileiro é ilegal, imoral, inconstitucional e desumano. Os cárceres brasileiros se sustentam na tortura física, moral e psicológica, sendo fábricas de monstros.

O diagnóstico sobre o caos do sistema carcerário brasileiro está contido em um substancioso relatório, tendo em anexo um CD de 25 minutos com as imagens do inferno. Indiciamos 35 autoridades, dentre juízes, promotores e diretores de unidades prisionais.

Apresentamos 12 projetos de leis e 42 recomendações, tais como: a realização dos mutirões carcerários; transferência de presos de delegacia e cadeias para locais próprios, obrigação do Estado oferecer trabalho e profissionalização aos presos; obrigatoriedade de realização de concurso para defensores públicos e agentes penitenciários; informatização da execução penal e das unidades prisionais; obrigatoriedade a uma nova ar-

quitetura prisional, dentre outras medidas humanitárias.

Em 8 de fevereiro de 2008 diligenciamos na Delegacia de Paço do Lumiar; no CPJ do Anil, na Casa de Detenção Masculina e na Penitenciária de Pedrinhas. Constatamos superlotação; excesso de presos provisórios; salada de presos, expressa na mistura de presos jovens com idosos; presos primários com reincidentes; presos doentes com encarcerados aparentemente saudáveis; torturas; alimentação apodrecida; falta de trabalho e escola; poucos agentes penitenciários; ingresso de armas, celulares e drogas; lixo, esgotos estourados; carência de assistência médica, educacional e jurídica.

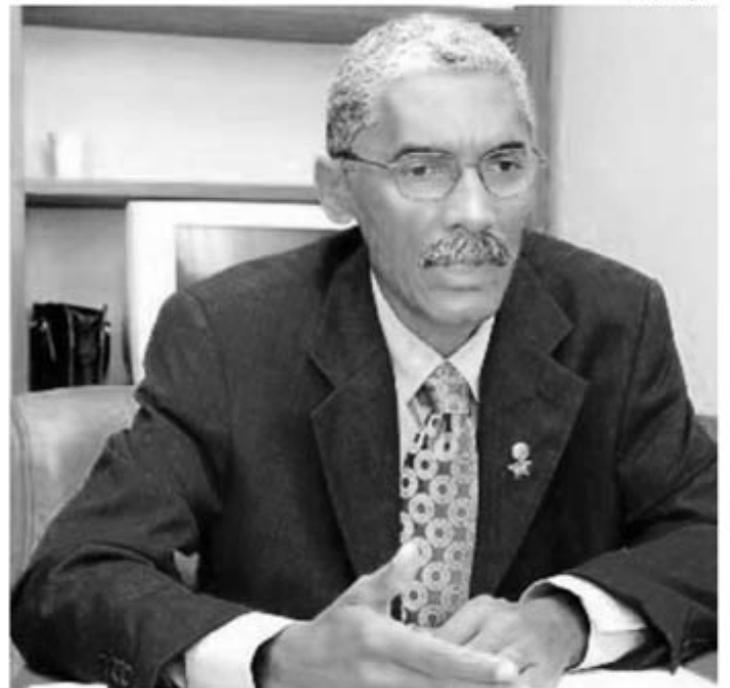
Por conta disso, o Presídio de Pedrinhas foi classificado como um dos 10 piores do Brasil. Após a CPI aprovamos no Congresso Nacional o monitoramento eletrônico; as medidas cautelares e a redução da pena pelo trabalho e pelo estudo. Pela lei, a cada três dias de trabalho e de estudo o encarcerado reduz um dia de pena.

Se o estado oferece ao preso trabalho e estudo ao mesmo tempo a cada três dias o condenado reduz dois dias de sua pena. A oferta de qualificação e trabalho garante ao encarcerado, renda para o sustento próprio e de sua família; reduz o tempo de permanência no cárcere, diminuindo os gastos para sociedade; bem como oportuniza ao encarcerado ocupação produtiva após o cumprimento da pena, reduzindo a reincidência.

Após o término da CPI, representando a Comissão de Direitos Humanos retornei ao Complexo de Pedrinhas quando houve a sangrenta rebelião com vários presos decapitados. Novamente ratificamos as mesmas recomendações. Se o poder público cumprisse as leis, a Constituição, os tratados internacionais e tivesse executado as nossas recomendações esta tragédia não teria ocorrido.

Ocorre que o Estado do Maranhão preferiu continuar na ilegalidade, uma vez que a superlotação aumentou. A salada de presos se agravou. O número de presos provisórios cresceu. A falta de trabalho e estudo atinge quase 100% dos encarcerados. A tortura e os maus-tratos se generalizaram. A desorganização administrativa radicalizou-se.

Por outro lado, como bem me disse um preso no Estado do Espírito Santo, neste inferno tem muita gente lucrando e fazendo fortuna. A título de exemplo cito apenas o ingresso de armas e dro-



O DEPUTADO DOMINGOS Dutra responsabiliza a Justiça, o MP e o governo pela crise no sistema prisional

gas no interior dos estabelecimentos penais, facilitadas por agentes públicos mediante propina e os esquemas envolvendo as empresas que servem alimentação, podre, azeda, com cabelo, baratas e outros animais a preços absurdos.

O esquema das "quentinhas" impede o Estado de oferecer aos encarcerados trabalho na produção de produtos hortifrutigranjeiros para o consumo dos internos, apesar de haver terras disponíveis ao redor dos presídios. A responsabilidade pelo caos de Pedrinhas é do governo do Estado que não executa políticas de ressocialização; não constrói presídios regionais; não qualifica e não remunera dignamente os agentes penitenciários, não profissionaliza a gestão do sistema carcerário; reduz recursos orçamentários e desperdiça recursos federais.

O Poder Judiciário, ao deixar mofando por longo período presos provisórios sem julgamento; ao priorizar o encarceramento em detrimento de outras opções legais; ao não realizar as vistorias mensais e ao não impor medidas coercitivas ao Poder Executivo também assume parcela de culpa pelo caos no sistema carcerário.

O Ministério Público é também parceiro desta tragédia na

medida em que mantém a cultura da condenação penal e do encarceramento; ao não realizar as inspeções mensais nos termos da lei e não exercer em plenitude e com rigor as competências de ação e fiscalização conquistadas na constituição cidadã.

Diante deste caos que alcançou dimensão internacional, a sociedade e o poder público precisam compreender que, se no Brasil não há prisão perpétua nem pena de morte, apesar de haver morte sem pena, é preciso humanizar o sistema carcerário, em cumprimento do ordenamento jurídico, mas principalmente na defesa da sociedade livre, pois hoje o preso está contido, mas amanhã ele estará comigo, contigo, com todos nós. E se o sistema teima em fabricar monstros continuamos a pagar uma elevada conta, expressa em vidas, em patrimônio, insegurança.

O Sistema Carcerário tem solução: basta que se cumpram as leis e as autoridades sejam responsabilizadas civil, administrativa e criminalmente pelas suas omissões. Enquanto isto não ocorrer, vamos conviver com as tragédias anunciadas.

***Domingos Dutra é advogado e deputado federal**

Judiciário presta serviços pela internet

Dezenas de serviços voltados para os usuários do meio jurídico e a comunidade em geral são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do portal do Poder Judiciário na internet (www.tjma.jus.br).

O portal reúne o conteúdo informativo do TJ-MA, Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), separados conforme a área – processual, administrativa ou normativa.

A página principal do portal traz ainda informações e serviços disponibilizados online, distribuídos entre o menu, os destaques e a área de “Serviços ao Cidadão”, que são os espaços mais acessados pelo público externo.

Os usuários dispõem de consulta do andamento processual, processo virtual de juizados, atualização monetária, gerador de custas, malote digital, lista de precatórios, formulários de autorização de viagem, certidão negativa e consulta ao acervo da biblioteca.

O internauta pode consultar ainda a pauta de julgamento, Diário da Justiça, seguro DPVAT, calendário forense, escala do plantão judicial de 1º e 2º graus, endereço de fóruns e juizados especiais e projetos sociais.

O mapa do site auxilia o usuário a localizar o conteúdo, com links que remetem ao assunto procurado. A ferramenta de busca oferece a mesma facilidade, por palavra-chave. No campo “acesso rápido”, o usuário pode personalizar a busca, optando pelos itens de maior interesse. No topo da página, há botões de atalho para o ‘fale-conosco’ e para as redes sociais onde o Poder Judiciário está presente: Facebook e Twitter. Para o público interno, o portal disponibiliza a página do Servidor e o sistema Sentinela, que reúne aplicativos voltados para atividades administrativas do TJ-MA, de acesso restrito a magistrados e servidores.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 63404-86.2011.8.10.0001
DENOMINAÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Execução |
Execução de Título Extrajudicial
DATA DO AJUIZAMENTO: 26/12/2011 12:50:53
PARTE(S) REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROOSEVELT VIEIRA DE OLIVEIRA, PRO
EMPREENHIMENTOS LTDA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito
da 5ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **PRO EMPREENHIMENTOS LTDA, ROOSEVELT VIEIRA DE OLIVEIRA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de **03 (três) dias efetuar o pagamento voluntário do valor de R\$ 78.485,73 (setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos) devidamente atualizado monetariamente**. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito Cito-se a parte executada para no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento voluntário do valor de R\$ 78.485,73 (setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos) devidamente atualizado monetariamente, sob pena de penhora em bens de sua propriedade, nos termos do art. 652, e respectivos parágrafos, do Código de Processo Civil. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor executado, alertando que, caso a parte executada faça o pagamento do débito no prazo aludido de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art.652-A, parágrafo único). Cumpra-se. Serve esta decisão como **MANDADO DE CITAÇÃO**. São Luís (MA), 11 de janeiro de 2012. **PATRICIA MARQUES BARBOSA**, Juíza de Direito Auxiliar respondendo pela 5ª Vara Cível da Capital

O que se **CUMPR**A nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular de 5ª Vara Cível



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO**

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº.1964-49.2013.8.10.0024

DENOMINAÇÃO:Extinção de Título Extrajudicial

PARTE(S) EXEQUENTE(S):Banco do Nordeste S/A

PARTE(S) EXECUTADO(S):Marcos Antonio Rodrigues

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) João Paulo Mello, Juiz(a) Titular da Comarca de São Luis Gonzaga/MA, Estado do Maranhão.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente **MARCOS ANTONIO RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da CI. 814279970 GEJSPC-MA, e CPF 918.189.823-15, atualmente em endereço incerto e não sabido, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara tramitam os autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial Processo nº.1964-49.2013.8.10.0024, que lhe move o **BANCO DO NORDESTE S/A** FINALIDADE: CITÁ-LO para efetuar no prazo de **03 (três) dias** que será contado a partir da data de publicação do presente Edital, o pagamento da quantia no valor de **R\$ 49.469,76** (quarenta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos) ou nomear bens à penhora, podendo ainda oferecer embargos no prazo de **15 (quinze) dias**, tudo conforme despacho exarado nos autos em epígrafe. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir este edital que será publicado no órgão oficial e afixado uma cópia nos lugares de costume na forma da Lei

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Bacabal, Estado do Maranhão, aos 09 de dezembro de 2013. Eu, **Sônia Maria Carvalho Godinho**, Secretário(a) Judicial, subscrevi.

JOÃO PAULO MELLO

Juiz(a) Titular da Comarca de São Luis Gonzaga/MA